



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0033291  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026**

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**

**CADASTRO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ ÀS 08H29MIN DO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2026, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES WWW.LICITANET.COM.BR.**

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08H30MIN DO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2026.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

**ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025**

**ATO DE DESIGNAÇÃO DA PREGOEIRA: DECRETO Nº 7.940/2026**

**VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO:** R\$ 598.000,00 (Quinhentos e noventa e oito mil reais).

**TIPO:** MAIOR DESCONTO

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**ESCLARECIMENTOS:**

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.

No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

Com as mudanças aplicadas pela Lei Federal nº 14.133/21, salientamos a necessidade de anexar à plataforma de licitações **LICITANET**, endereço eletrônico <https://licitanet.com.br>, somente a proposta, sendo a documentação anexada apenas do(s) licitantes declarados vencedores.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0033291**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026**

**ÍNDICE**

- 1 - PREÂMBULO
- 2 – OBJETO
- 3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 4 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO
- 5 - IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
- 6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
- 7 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET
- 8 - CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
- 9 - ABERTURA DAS PROPOSTAS
- 10 - SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS
- 11 - FORMULAÇÃO DE LANCES
- 12 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
- 13 - CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES
- 14 - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
- 15 - ENCAMINHAMENTO DA MELHOR PROPOSTA
- 16 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 17 - RECURSO
- 18 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 19 - CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 20 - GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 21 - PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 22 - REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO
- 23 - ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 24 - CANCELAMENTO DO REGISTRO
- 25 - EXECUÇÃO DO OBJETO
- 26 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
- 27 - PAGAMENTO
- 28 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 29 - INFRAÇÕES
- 30 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 31 - DISPOSIÇÕES GERAIS



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0033291**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026**

**TIPO: MAIOR DESCONTO**

**1. PREÂMBULO** - O Município de Fronteira, torna público, por determinação de seu Prefeito Municipal, que se acha aberta, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MAIOR DESCONTO nos termos da Lei nº 14.133/21, Leis Complementares 123/06, 147/14 e 155/16, Decreto Municipal nº 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, encerrando-se o prazo para recebimento da PROPOSTA, sendo:

**Cadastro das propostas iniciais até às 08h29min do dia 03 DE FEVEREIRO DE 2026. na plataforma de licitações [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).**

Abertura da Sessão Pública: **08h30min do dia 03 DE FEVEREIRO DE 2026.**

1.1. Os trabalhos serão conduzidos pela Senhora Rosaine Tiago de Oliveira Araújo, Pregoeira Oficial e pela Equipe de Apoio, integrada pelas Senhoras Vanessa Barbosa de Oliveira Cardoso e Karine Vanessa Luciano, todas designadas através do Decreto Municipal nº 7.940/2026, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.2. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br), na Plataforma de Licitações LICITANET, através do endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br) e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.3. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

1.4. A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse a plataforma de licitações ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

**2. OBJETO** - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL**, conforme condições e especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** - Poderão participar deste Pregão Eletrônico, empresas legalmente constituídas, do ramo pertinente ao objeto licitado, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

**3.1 - Empresas sediadas na distância percorrida de até a 70 (setenta) quilômetros da sede deste Município, conforme item 4.1.1.2 do Termo de Referência.**

3.1.1. As empresas sediadas na distância superior ao previsto no item anterior, poderão firmar declaração própria sobre a instalação de uma filial, dentro do limite estabelecido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados das assinaturas da Ata de Registro de Preços;



3.1.2. As limitações impostas no subitem “3.1.” se justificam, visto que, a proximidade da sede da Detentora da Ata de Registro de Preços com a sede da Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços favorece vários aspectos como a celeridade nas manutenções (compreendidas todas as etapas dos serviços, desde a pré-análise, orçamento, aprovação, traslado (quando aplicável), execução e devolução dos veículos), a vantajosidade econômica e, conseqüentemente, escolha da melhor proposta financeira, bem como a manutenção do princípio da competitividade e da ampla disputa considerando que dentro do limite estabelecido no subitem “4.1.1.2.”, há um número considerável de municípios como Icém/SP (≈ 8,7 km), Orindiúva/SP (≈ 32,1 km), Nova Granada/SP (≈ 32,7 km), Altair/SP (≈ 36,5 km), Onda Verde/SP (≈ 43,4 km), Guaraci/SP (≈ 44,2 km), Paulo de Faria/SP (≈ 45,4 km), Frutal/MG (≈ 46,6 km), Palestina/SP (≈ 47,6 km), Ipiguá/SP (≈ 50,7 km), Mirassolândia/SP (≈ 62,1 km), São José do Rio Preto/SP (≈ 67,1 km), Olímpia/SP (≈ 68,9 km) entre outros que sediam muitas empresas aptas a prestarem os serviços pretendidos;

3.1.3. As limitações impostas no subitem “3.1.” e seguintes, fundamentam-se no **§2º do art. 47 da Lei nº 14.133/2021 que prevê a exigência de que a Detentora da Ata de Registro de Preços tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, conforme item 4.1.4 do Termo de Referência.

3.2. **Todas as empresas que atendam o disposto no item anterior e até às 08h29min do dia 03 DE FEVEREIRO DE 2026**, cadastrem as suas propostas de preços, na forma prevista neste Edital, junto ao **SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

3.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

3.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.5. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: [comercial@licitanet.com.br](mailto:comercial@licitanet.com.br).

3.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.7. **SUBCONTRATAÇÃO** - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preços.

3.8. **PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS** - Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços e bens de forma independente.

**4. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO:** Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário).



- 4.1. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.
- 4.2. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.
- 4.3. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.
- 4.4. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.
- 4.5. Pessoa Jurídica a proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.
- 4.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- 4.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 4.8. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 4.9. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.10. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 4.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- 4.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.
- 4.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 4.14. Empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade e valor dos bens a serem adquiridos.
- 4.15. Que não atendam o disposto no item 3.1 deste Edital.





4.16. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

**5. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.** Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pela plataforma **SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no local específico dentro do presente processo licitatório; cabendo ao Agente de Contratação decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

5.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

5.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

**6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:**

**6.1. CONDUÇÃO DO CERTAME.** O certame será conduzido pela Pregoeira Oficial, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

6.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

6.1.3. Abrir as propostas de preços;

6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;

6.1.5. Desclassificar propostas, indicando os motivos;

6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de MAIOR DESCONTO;

6.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

6.1.8. Declarar o vencedor;

6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

6.1.10. Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;

6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

**7. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET.** As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear, através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela LICITANET, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).



7.1. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, lances sucessivos de preços e envio de documentação, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.2. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

**8. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:** Todos os interessados poderão credenciar suas propostas iniciais, preenchendo o formulário eletrônico disponível na Plataforma Licitanet ou utilizar-se de modelo próprio, **VEDADA A SUA IDENTIFICAÇÃO**, a partir do dia **12 de janeiro de 2026 até às 08h29min do dia 03 DE FEVEREIRO de 2026**.

8.1. A quantidade mínima a ser cotada serão aquelas previstas no Termo de Referência.

**8.1.1. O desconto inicial para cada lote, incluindo mão de obra e peças originais, não poderá ser inferior à 3,00% (três por cento), conforme pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras desta Prefeitura;**

8.2. Não será admitida a possibilidade de prever preços diferentes.

8.3. Não será admitida a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.

8.4. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, inclusive sobre o enquadramento como MEI, ME ou EPP. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.5. O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser feito por meio do sistema LICITANET, contendo as especificações, marca, modelo (no que couber) e valor unitário e total do produto ofertado.

8.6. As Microempresa (ME), Microempreendedor Individual (MEI) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será obrigatória a informação desse regime fiscal no campo próprio da plataforma ou proposta, sob pena de desclassificação de sua proposta.

8.7. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no Anexo 01.





8.8. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão. Em caso de ausência ou divergência desta informação, prevalecerá a estabelecida no edital.

8.9. O valor ofertado será considerado completo e abrange todos os tributos impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, produtos, transporte do produto e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

**9. ABERTURA DAS PROPOSTAS.** A partir do horário previsto no Edital e na plataforma LICITANET, para cadastramento e inclusão da proposta inicial, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.1. Havendo eventual empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

9.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.2.2. Empresas brasileiras;

9.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.197, de 29 de dezembro de 2009.

9.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**10. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS.** Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixadas neste edital.

10.1. Por ação da licitante ofertante que contenham elementos que **permitam sua identificação**.

10.2. Propostas com descritivos, marcas e modelos que não atendam às especificações técnicas do Termo de Referência.

10.3. Proposta que não contemplar concomitantemente, fornecimento de peças e mão de obra para cada lote;



10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5. Propostas que após a fase de lances, permanecerem com valores superiores ao estimado pela Administração, de acordo com a pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras desta Prefeitura.

**11. FORMULAÇÃO DE LANCES.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.1. O lance ofertado é irretratável e de inteira responsabilidade do licitante.

11.2. O intervalo mínimo entre os lances, será de no mínimo 1,00% (um por cento) de desconto sobre o menor lance registrado.

11.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.4. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

11.5. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

11.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, por meio de mensagem eletrônica na caixa de mensagem (chat) ou e-mail divulgando data e hora da reabertura da sessão.

11.7. O modo de disputa será o **ABERTO**, O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática.

11.8. O sistema informará, na ordem de classificação, todas as propostas, partindo da proposta de MAIOR DESCONTO imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

11.9. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da melhor proposta ou lance de MAIOR DESCONTO, imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

11.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também, nessa etapa, a Pregoeira poderá negociar com o participante para que seja obtido desconto melhor;

11.11. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de MAIOR DESCONTO e o valor estimado para a contratação.



**12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.** Para julgamento desta licitação será adotado o critério de MAIOR DESCONTO, com base no item 8.1.1. do Termo de Referência.

12.1. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de MAIOR DESCONTO imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de MAIOR DESCONTO.

12.2. Se a proposta ou o lance de MAIOR DESCONTO não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.3. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**13. CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) ABAIXO DO MAIOR DESCONTO, serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

13.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em DESCONTO SUPERIOR ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação;

13.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

13.3. No caso de equivalência dos DESCONTOS apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

13.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito negativa;

13.4.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**14. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA** - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1. Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de Fronteira/MG.

14.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas. CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e



14.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

14.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

14.5. Existindo alguma sanção aplicada à empresa, está será declarada DESCLASSIFICADA.

14.6. Não constando nenhuma restrição no CNPJ do fornecedor, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do lance ofertado em relação ao orçamento estimado para a contratação neste Edital e em seus anexos.

14.7. Serão desclassificadas as propostas que:

14.7.1. Contiverem vícios insanáveis;

14.7.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;

14.7.3. Apresentarem valores inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação;

**14.7.3.1. Configura indício de inexequibilidade, as propostas com descontos superiores a 50,00% (cinquenta por cento), de acordo com o art. 34, da instrução normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.**

14.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.7.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

14.8. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

14.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.11. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

14.12. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, via plataforma, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

14.13. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



14.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.15. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.16. A Pregoeira deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de MAIOR DESCONTO, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.17. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido MAIOR DESCONTO.

14.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

**15. ENCAMINHAMENTO DA MELHOR PROPOSTA.** A empresa que ofertar o MAIOR DESCONTO para o item, deverá enviar a sua proposta atualizada, **exclusivamente no Módulo PROPOSTA FINAL** da Plataforma LICITANET, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira.

15.1. Encerrado o prazo previsto no item anterior, a Pregoeira procederá a desclassificação da proposta e procederá a renegociação com as propostas classificadas na ordem subsequente.

15.2. **A empresa poderá utilizar-se da proposta da Plataforma LICITANET ou do modelo Anexo III – Minuta da Proposta Atualizada**, que deverá ser assinada pelo seu representante legal, podendo ser assinaturas digitais ou manuais.

**15.3. O desconto total ofertado para cada lote, deverá ser aplicado linearmente entre a mão de obra e o fornecimento de peças originais, considerando como parâmetro a proposta inicial ofertada, sob pena de desclassificação da proposta ou do lote em análise;**

15.4. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15.7. A proposta deverá indicar a Razão Social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

**16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** – O fornecedor será convocado a enviar a documentação no formato digital, contemplando a habilitação Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista, econômico-financeira e técnica, **no prazo de 02(duas) horas EXCLUSIVAMENTE NO MÓDULO DOCS. LEGAL da plataforma LICITANET;**

**16.1. Documentação de habilitação eventualmente enviadas no módulo PROPOSTA FINAL serão DESCONSIDERADAS.**

**16.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**





16.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

16.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

16.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

16.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

16.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

16.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **16.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

16.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

16.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2016;

16.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

16.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

16.3.6. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

16.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

16.3.8. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo IV;

### **16.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

16.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

16.4.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem apresentar Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;





16.4.1.2. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentadas deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação;

16.4.2. Análise contábil-financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste título, com as seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral - LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$\text{Liquidez Corrente - LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{Solvência Geral - SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

16.4.2.1. Será considerada apta financeiramente a empresa que atingir os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) maiores que 1,0 (um), nos 2 (dois) exercícios cujas demonstrações foram apresentadas.

16.4.2.2. A exigência de índices financeiros tem por finalidade assegurar que as empresas participantes do certame possuam condições econômicas adequadas para o cumprimento das obrigações contratuais, prevenindo riscos de inadimplemento e garantindo a boa execução do objeto licitado;

16.4.2.3. Nos termos do §5º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode exigir demonstrações contábeis que demonstrem a boa situação financeira do licitante, desde que devidamente justificada a pertinência e compatibilidade desses índices com as obrigações a serem assumidas.

16.4.2.4. Ademais, o próprio TCEMG utiliza tais índices em seus editais de licitação, o que demonstra a adequação técnica, a objetividade e a legitimidade desses indicadores como meio de aferir a saúde financeira dos licitantes. Tais índices também são amplamente utilizados e consolidados no mercado, sendo instrumentos usuais de análise contábil e financeira, empregados tanto por órgãos públicos quanto por instituições privadas para aferir a capacidade de cumprimento de obrigações empresariais.

16.4.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

## **16.5. DEMAIS DECLARAÇÕES**

16.5.1. O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema LICITANET:

16.5.1.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Anexo V.



16.5.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Anexo VI.

#### **16.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

16.6.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

16.6.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º);

16.6.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

16.6.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**17. RECURSO.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o licitante que julgar necessário deverá manifestar a sua intenção de interposição de recurso, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão.

17.1. A falta de manifestação imediata da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando a Pregoeira autorizada a prosseguir com o feito.

17.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente;

17.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

17.2.2. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**18. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**19. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a Ata de Registro de Preços, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Departamento de Licitações, sob pena de decair do direito ao registro dos seus preços.



19.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.2. O prazo estabelecido no item 19.1, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**20. GARANTIA DE EXECUÇÃO** - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, por se tratar de registro de preços.

**21. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da lei Federal 14.133/21, *vedada a recondução total do quantitativo dos itens, conforme art. 70 do Decreto Municipal nº 6.956/223.*

**22. REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da detentora da Ata de Registro de Preços, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Gerenciador da Ata de Registro de Preços, do índice IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Órgão Gestor pagará à Detentora da Ata de Registro de Preços a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

22.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços, a requerente deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá ser comprovado cabalmente que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

22.4. Caso a detentora da Ata de Registro de Preços seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

22.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a empresa Detentora da Ata não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

22.6. A empresa Detentora da Ata, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.



**23. ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

**24. CANCELAMENTO DO REGISTRO.** O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

24.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

24.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

24.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

24.4. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

24.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**25. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

25.1. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

25.1.1. Trata-se de contratação de empresas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de suspensão dos veículos pesados da frota municipal, incluídos a mão-de-obra mecânica e com o fornecimento e aplicação de peças originais do fabricante para cada marca e modelo de veículo, necessárias aos reparos, obedecendo às recomendações da montadora;

25.1.1.1. Entende-se por manutenção preventiva as revisões e serviços de caráter preventivo com a finalidade de avaliar as condições para o perfeito funcionamento dos veículos, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos, objetivando manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento;

25.1.1.2. Entende-se por manutenção corretiva as revisões e serviços de caráter corretivo, para possibilitar a reparação de defeitos e falhas no sistema de suspensão dos veículos, com substituição de peças e acessórios, desde que autorizado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, bem como serviços de mão de obra, que se façam necessários para tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como para reparar avarias.

**25.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

25.2.1. Os serviços serão executados de acordo com a demanda exclusiva do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, através do envio de Ordem de Serviços, por veículo, estando a Detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a cumprir rigorosamente os prazos, locais e demais especificações definidas no Termo de Referência (TR) e Edital;

25.2.1.1. A previsão contida no subitem anterior estará condicionada à apreciação e parecer de profissional designado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, após análise das condições do veículo e emissão de parecer final, prevalecendo sua decisão inclusive sobre os casos onde haja controvérsia no entendimento;

25.2.2. Os serviços serão executados na sede da Detentora da Ata de Registro de Preços que se responsabilizará, às suas expensas, pelo traslado dos veículos da sede do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, ou local por ele informado até a sede da empresa, observando-se os prazos e demais especificações estabelecidas no Termo de Referência (TR) e Edital;



25.2.2.1. O traslado será exigido, em estrita observância da legislação vigente, sempre que o veículo não apresentar condições de rodagem ou deslocamento;

25.2.3. As Ordens de Serviços serão atendidas em até 07 (sete) dias após o recebimento, compreendidas todas as etapas dos serviços, desde a pré-análise, orçamento, aprovação, traslado(quando aplicável), execução e devolução dos veículos;

25.2.4. Os serviços atenderão as características técnicas e padrões de qualidade estabelecidos, observadas as boas práticas do setor, sobretudo quanto à eficiência e segurança operacional, sustentabilidade ambiental, à integridade dos materiais e a correta execução dos serviços e insumos utilizados no processo;

25.2.4.1. Excepcionalmente, os serviços poderão ser executados na sede do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços ou em local por definido, mediante autorização expressa condicionada a natureza dos serviços e a baixa complexidade técnica exigida;

25.2.5. A Detentora da Ata de Registro de Preços se disporá a realizar atendimentos emergenciais e de “socorro-auto”, sempre que demandado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, de forma a garantir total assistência visando a continuidade dos serviços públicos dependentes da frota municipal;

25.2.5.1. Não se aplica ao subitem anterior os prazos estipulados no subitem “25.2.3.”, estando a Detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a responder ao chamado para atendimentos emergenciais e de “auto-socorro” em no máximo 02 (duas) horas;

25.2.6. A Detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados, abrangendo todas as etapas de execução. Constatada falha, vício, inadequação ou execução em desacordo com as exigências contratuais, a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá, às suas expensas no prazo estabelecido no item “25.2.3.” contados da notificação formal pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, providenciar a correção, complementação ou repetição dos serviços, sem prejuízo das sanções cabíveis.

### **25.3. DO FORNECIMENTO DAS PEÇAS:**

25.3.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer, exclusivamente, peças originais contendo o selo do Inmetro e número de série do fabricante para cada marca e modelo de veículo, necessárias aos reparos, obedecendo às recomendações da montadora;

25.3.2. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá encaminhar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, a nota fiscal das peças utilizadas durante a manutenção dos veículos, para comprovação dos valores conforme a tabela da montadora, ou na impossibilidade desta, optar por algumas das opções previstas no item “PAGAMENTO”, juntamente com a Ordem de Serviços autorizada, demonstrando, assim, a aplicação do percentual de desconto ofertado ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços;

25.3.3. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a seu critério, exigir a disponibilização das peças que forem substituídas a Detentora da Ata de Registro de Preços, sempre que julgara necessário;

### **25.4. DAS GARANTIAS:**

25.4.1. Será exigida, no mínimo, a garantia oferecida pelo fabricante das peças e acessórios, contada a partir da data de sua instalação, no que diz respeito a quaisquer vícios que venham a surgir quando do uso adequado do produto;

25.4.2. Os serviços realizados deverão ser garantidos contra defeito de execução, instalação e montagem pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua realização;





25.4.3. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo em caso de término ou cancelamento da Ata de Registro de Preços.

**25.5. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

25.5.1. Fornecer todos os esclarecimentos necessários à execução completa dos serviços contratados;

25.5.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, assegurando o cumprimento fiel de todas as condições e disposições estabelecidas constantes no Termo de Referência (TR) e Edital;

25.5.3. Garantir o controle de execução da Ata de Registro de Preços, em especial quanto às emissões das Ordens de Serviços (OS), à pré-análise das demandas, à indicação das quantidades e valores a serem praticados, aprovação/rejeição parcial/total dos quantitativos de hora-técnica para mão-de-obra mecânica e fornecimento de peças e qualidade dos serviços prestados;

25.5.4. Receber e avaliar os orçamentos emitidos pela Detentora da Ata de Registro de Preços, em especial quanto aos serviços e peças discriminados, confrontando-os com as respectivas Ordens de Serviços (OS), apuração dos valores expressos conforme a tabela da montadora, ou na impossibilidade desta, conforme opção escolhida entre as previstas no item "PAGAMENTO", afim de apurar a aplicação do índice de desconto registrado, aprovação/rejeição parcial/total dos orçamentos;

25.5.5. Manter registro próprio das Ordens de Serviços emitidas, dos serviços realizados, de eventuais falhas detectadas, comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Detentora da Ata de Registro de Preços;

25.5.6. Notificar o representante da Detentora da Ata de Registro de Preços sobre a ocorrência de eventuais inconsistências relacionadas ao orçamento apresentado e/ou à execução dos serviços prestados, estipulando prazo para sua correção;

25.5.7. Informar ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte da Detentora da Ata de Registro de Preços;

25.5.8. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao descumprimento das obrigações e aplicação das sanções previstas em Edital;

25.5.9. Realizar a cobrança junto à Detentora da Ata de Registro de Preços pelo cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contidas no Termo de Referência (TR) e Edital, em relação às consequências da prestação dos serviços, bem como de comportamentos que comprometam a Ata de Registro de Preços;

25.5.10. Designar, formalmente, Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços, vedada a acumulação de funções, com as respectivas atribuições definidas, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021;

25.5.10. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações da Detentora da Ata de Registro de Preços, exigidas em Edital, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021.

25.5.11. Pagar os valores devidos pelos serviços efetivamente prestados, nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR) e Edital;

**25.6. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**





25.6.1. Assegurar pelo cumprimento de todas as obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes;

25.6.2. Dar ciência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro), do recebimento das Ordens de Serviços ou outros instrumentos hábeis enviados pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços;

25.6.3. Atender a todas as Ordens de Serviços da presente contratação, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou qualquer outro motivo;

25.6.4. Executar os serviços contratados dentro dos prazos legais e condições estabelecidas, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e no Termo de Referência (TR);

25.6.5. Praticar, sempre, os preços e serviços homologados pelo processo de contratação;

25.6.6. Garantir a melhor técnica nos serviços executados, respondendo por qualquer inconformidade ou eventuais prejuízos sempre que for o caso;

25.6.7. Arcar com todas as despesas pertinentes à execução dos serviços, tais como deslocamentos, hospedagem, alimentação, tributos e demais encargos;

25.6.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução dos serviços, nos termos do edital e da legislação aplicável;

25.6.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento;

25.6.10. Comunicar ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

25.6.11. Manter, durante toda a vigência desta contratação, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão, quando solicitadas;

25.6.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas;

25.6.13. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

25.6.14. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços competente;

25.6.15. Adotar as melhores práticas de gestão ambiental, com especial atenção ao descarte correto e licenciado de todos os resíduos gerados na execução dos serviços;



25.6.16. Prover infraestrutura física e técnica minimamente capaz de suportar o atendimento simultâneo de até 03 (três) veículos pesados, garantindo a disponibilidade integral dos equipamentos e ferramentas necessários e equipe de profissionais aptos à execução dos serviços de manutenção do sistema de suspensão, incluso mão-de-obra e fornecimento de peças, dos veículos pesados pertencentes à frota municipal;

25.6.17. Ser responsável pela custódia e integridade dos veículos desde o traslado até a entrega, inclusive durante o período de execução dos serviços;

25.6.17.1. Em caso de dano, extravio ou sinistro durante a custódia, a Detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a arcar com o ressarcimento em pecúnia equivalente ao valor de mercado apurado em razão do prejuízo.

**26. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – Somente a título de informação será demonstrada a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Órgão: 02 - EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. PLANEJ. E FINANÇAS

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0011 – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Projeto/Atividade: 2.014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADM, PLANEJ E FINANÇAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.0000 – MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.39.0000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS / PESSOA

JURÍDICA

Fonte de Recurso: 1500 – RECURSOS NÃO VINICULADOS A IMPOSTOS

DIVERSAS SECRETARIAS

**27. PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado mediante execução dos serviços, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após o ateste realizado pelo fiscal para a Ata de Registro de Preços, responsável pelo acompanhamento e execução do respectivo objeto. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.

27.1. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar as especificações de cada serviço executado conforme apresentadas no Termo de Referência (TR) e o quantitativo efetivamente entregue.

27.2. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

27.2.1. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

27.3. O pagamento estará condicionado à **comprovação da aplicação do desconto ofertado na proposta homologada** e na Ata de Registro de Preços, anexa à Nota Fiscal, sobre um dos dispositivos a seguir:

27.3.1. Tabela de preços das montadoras: responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços;



27.3.2. Sistemas eletrônicos como AUDATEX, CILIA TECNOLOGIA, ORION SESVI BRASIL, SOMA ORÇAMENTOS ou outro similar, desde que haja absoluta segurança de sua confiabilidade: responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços;

27.3.3. Cotação de mercado com no mínimo 03 (três) empresas do ramo: responsabilidade do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços; e

27.3.4. Concessionárias: responsabilidade do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

27.4. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de Internet Banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias..

**28. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Ficará á cargo do Senhor ROBSON ALVES BENTO – Oficial Administrativo II, a gestão da ata de registro de preços.

28.1. Ficará à cargo do Senhor PEDRO MARTINS DE SANTANA – Oficial Administrativo, a fiscalização da ata de registro de preços.

28.2. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

28.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

28.3.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

28.3.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

**29. INFRAÇÕES** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

29.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

29.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

29.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

29.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

29.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

29.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.



29.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

29.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

29.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

29.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

29.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

30.1. Advertência;

30.2. Multa;

30.3. Impedimento de licitar e contratar e;

30.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

30.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

30.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

30.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

30.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

30.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

30.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

30.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 29% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

30.6.1. Para as infrações previstas nos itens 29.1 à 29.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

30.6.2. Para as infrações previstas nos itens 29.7 a 29.11 deste Edital, a multa será de 15% à 29% do valor do contrato licitado.

30.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

30.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.



30.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

30.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 29.1 à 29.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

30.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 29.7 à 29.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 29.1 à 29.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

30.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

30.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

30.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

30.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

30.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**31. DISPOSIÇÕES GERAIS.** Homologada a licitação o adjudicatário receberá autorização de fornecimento ou instrumento equivalente de acordo com a necessidade da Prefeitura.

31.1. Caso o adjudicatário não forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

31.2. É facultado a Pregoeira ou a autoridade competente, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

31.3. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.

31.4. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado, sendo garantido o recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.





31.5. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

31.6. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

31.7. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente Licitação serão prestadas pela pregoeira de forma exclusiva pela plataforma de licitações LICITANET.

31.8. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

31.9. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

31.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.11. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

31.12. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

31.13. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.14. O Instrumento Convocatório é parte integrante DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

31.15. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, nos dias úteis, das 08h29min às 11h00min e das 13h00min às 12h00min, pelo e-mail [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br) e telefone (34) 3199-9990. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através da Plataforma de licitações LICITANET. [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

31.16. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.fronteira.mg.gov.br](http://www.fronteira.mg.gov.br).





31.17. Conforme disposto nos arts. 1520, I, e 157, I, da Constituição Federal, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, Decisão Supremo Tribunal Federal. Tema 1131 de 020 de outubro de 2021 Recurso Extraordinário nº 1.223.453 e IN 2145 de 31 de junho de 2023: ficam os municípios OBRIGADOS a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda;

31.17.1. Portanto, o Município de Fronteira/MG; efetuará as **RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA** incidente sobre a prestação de serviços, devendo o credor efetuar o devido destaque da retenção nas notas fiscais, conforme consta na IN da RFB nº 1234/2012 e seu anexo I, como condição para recebimento dos valores.

31.18. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

31.19. Integram o Presente Edital:

31.19.1. Anexo I - Termo de Referência;

31.19.2. Anexo II - Minuta da Ata De Registro De Preços;

31.19.3. Anexo III - Minuta da Proposta Atualizada;

31.19.4. Anexo IV - Minuta da Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/1988.

31.19.25. Anexo V - Minuta Da Declaração Reserva De Cargos PCD;

31.19.6. Anexo VI - Minuta Da Declaração Proposta Econômica Integra Custos Para Atendimento De Direitos Trabalhistas.

Fronteira/MG; 09 de janeiro de 2026.

**MÁRCIO ANTONIO FERREIRA**  
Agente de Contratação



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
(Inciso XXIII do Art. 6º e §1º do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021)

**ESPECIFICAÇÕES/CUSTO ESTIMADO**

**PROCESSO Nº 0033291**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026**

**TIPO:** Maior Desconto Por Lote

**DADOS DO SOLICITANTE:** SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**RESPONSÁVEL:** PATRÍCIA DA SILVEIRA ROCHA MENEZES

**LOCALIZAÇÃO:** Av. Minas Gerais, nº. 110 – CENTRO – FRONTEIRA – MG - FONE: (34) 3199-9990

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:** REFERE-SE AO REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.

**1.1. DA NATUREZA DO OBJETO:**

1.1.1. Os serviços são caracterizados como comuns nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado;

1.1.2. Os serviços serão parcelados, na forma do art. 47, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar;

**1.2. DO PRAZO:**

1.2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado do 1º dia útil subsequente a assinatura da Ata de Registro de Preços, regido na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

**1.3. DOS ITENS E ESPECIFICAÇÕES:**

**LOTE I - FORD**

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.
1	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA FORD	HR	150,0
1	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA FORD	UN	1
ITEM	RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	PLACA	
1	FORD/CARGO - COLETOR DE LIXO	HOE-6E68	

**LOTE II – MARCOPOLO VOLARE**

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.
2	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	HR	100,0
2	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	UN	1
ITEM	RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	PLACA	
1	MICROÔNIBUS VOLARE V8 4X4	QUT-8849	
2	MARCOPOLO VOLARE V8L	QOG-7704	

**LOTE III – MERCEDEZ-BENS**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.
3	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MERCEDES-BENZ	HR	200,0
3	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MERCEDES-BENZ	UN	1
ITEM	RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	PLACA	
1	ÔNIBUS MERCEDES-G7 MARCOPOLO	HJA-3329	
2	ÔNIBUS MERCEDES-G7 MARCOPOLO	HJA-3432	
3	CAMINHÃO MB/L-1313 PIPA (TOCO)	GRP-3443	

## LOTE IV – SCANIA

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.
4	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA SCANIA	HR	150
4	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA SCANIA	UN	1
ITEM	RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	PLACA	
1	ÔNIBUS SCANIA/F-113	BRA-0637	
2	ÔNIBUS SCANIA/K-112	BWM-6448	

## LOTE V – IVECO

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.
5	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA IVECO	HR	250,0
5	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA IVECO	UN	1
ITEM	RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	PLACA	
1	MICROÔNIBUS IVECO/CITYCLASS 70C17	PWS-1887	
2	IVECO GRANCLASS 150 S21 E	QOO-1F86	
3	CAMINHÃO IVECO/TECTOR 260E30ID PIPA	SHZ-9G20	
4	CAMINHÃO IVECO/TRECTOR 170E28 COLETOR DE LIXO	SIC-7E79	

## LOTE VI – VOLKSWAGEN

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.
6	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLKSWAGEN	HR	150,0
6	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLKSWAGEN	UN	1
ITEM	RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	PLACA	
1	CAMINHÃO VW 17.260 CRM 4X2-COLETOR DE LIXO	SHY-2B86	
2	CAMINHÃO VW 26.280 CAÇAMBA	OXB-8863	
3	ÔNIBUS VW NEOBUS	RUZ-5A87	

## LOTE VII – VOLVO

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.
7	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLVO	HR	200,0
7	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLVO	UN	1
ITEM	RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	PLACA	
1	ÔNIBUS VOLVO-G7 MARCOPOLO	LLO-6623	
2	ÔNIBUS VOLVO-G7 MARCOPOLO	LPZ-8627	
3	ÔNIBUS VOLVO-G7 MARCOPOLO	LQA-3126	



## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO:

2.1. A contratação de empresas para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SUSPENSÃO, INCLUSO MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, DOS VEÍCULOS PESADOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL** do ente público é necessária e se justifica diante dos aspectos a seguir:

2.1.1. DIVERSIDADE E COMPLEXIDADE DA FROTA: A frota abrange uma grande diversidade de veículos pesados (diferentes marcas, modelos e anos de fabricação), cada um com sistemas de suspensão distintos exigindo um nível de expertise e ferramental específico que só empresas que atuam no ramo de atividade do objeto poderão oferecer de forma abrangente.

2.1.2. INVIABILIDADE DA EXECUÇÃO POR MEIOS PRÓPRIOS: Impossibilidade de realização por meios próprios devido à ausência de infraestrutura física adequada, como boxes de manutenção de grande porte e fosso/elevadores capazes de suportar o peso e as dimensões dos veículos pesados.

2.1.3. AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAL ESPECIALIZADO: O município não dispõe de equipamentos e ferramental específicos requeridos para a manutenção de sistemas de suspensão modernos e complexos.

2.1.4. CARÊNCIA DE PESSOAL TÉCNICO QUALIFICADO: O quadro funcional não dispõe de profissionais qualificados e treinados de forma contínua para lidar com a singularidade dos equipamentos, suas características operacionais e as especificações técnicas para cada tipo de suspensão, demandando contratação de *expertise* externa.

2.1.5. DEMANDA RECORRENTE E PREVENÇÃO DE FALHAS: A alta e recorrente demanda por manutenção, aliada ao uso intensivo dos ativos, exige um foco rigoroso na manutenção preventiva, que, quando realizada por profissionais do ramo, garante a máxima prevenção de falhas, minimizando quebras inesperadas.

2.1.6. GARANTIA DA CONTINUIDADE E SEGURANÇA: A terceirização assegura a continuidade das atividades essenciais do ente público, evitando a paralisação dos serviços causados por avarias nos veículos. Além disso, a manutenção periódica é crucial para a segurança operacional dos condutores e da carga.

2.1.7. OTIMIZAÇÃO DA ECONOMIA DE ESCALA NA OFERTA DE PEÇAS: As empresas atuantes no ramo de atividade do objeto, por deter maior volume de aquisições, possui economia de escala no fornecimento de peças. Isso garante uma melhor oferta de peças originais ou de qualidade homologada, com preços mais competitivos e maior agilidade logística.

2.1.8. EFICIÊNCIA E FOCO NA ATIVIDADE FIM: A terceirização dos serviços de manutenção possibilita ao ente público focar seus recursos humanos e gerenciais em sua atividade-fim. Isso resulta em maior eficiência na aplicação do recurso público e maior eficácia na entrega dos serviços à população.

2.1.9. CONFORMIDADE COM A SINGULARIDADE OPERACIONAL: Os serviços de manutenção são específicos pela singularidade dos equipamentos em termos de dimensões, peso e características operacionais. A empresa deve estar apta a manejar e reparar ativos de grande porte, respeitando as normas técnicas e de segurança inerentes a cada um.

2.1.10. AUMENTO DA VIDA ÚTIL E REDUÇÃO DE CUSTOS: A manutenção preventiva e corretiva de qualidade, realizada por empresas atuantes no ramo de atividade do objeto, maximiza a vida útil dos veículos e maquinários, reduzindo a necessidade de substituições prematuras e mitigando custos elevados com reparos emergenciais não planejados.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A solução que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração Pública consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SUSPENSÃO, INCLUSO MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, DOS VEÍCULOS PESADOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL**, através da modalidade Pregão em sua forma Eletrônica, adotado o instrumento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP) com critério de julgamento pelo Maior Desconto por Lote, conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP).

## 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. DOS REQUISITOS GERAIS:



4.1.1. Poderão participar deste certame todas as empresas formalmente constituídas, que atuem no ramo de atividade relacionado ao objeto, que não possuam registro de sanções que impeçam sua participação e que estejam em situação regular com suas obrigações fiscais (Municipal, Estadual e Federal), previdenciárias (INSS) e trabalhistas (FGTS e Justiça do Trabalho);

4.1.1.1. As empresas participantes serão obrigadas a manter-se em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando práticas operacionais seguras, eficientes e sustentáveis, que reduzam impactos ao meio ambiente, à saúde dos trabalhadores envolvidos e à coletividade em geral durante toda a vigência da contratação;

4.1.1.2. Poderão participar deste certame empresas sediadas a uma distância percorrida (trajeto) de até 70 (setenta) quilômetros da sede do Município de Fronteira/MG;

4.1.1.2.1. Empresas sediadas a uma distância percorrida (trajeto) superior a 70 (setenta) quilômetros da sede do Município de Fronteira/MG, poderão firmar auto declaração sobre a instalação de uma filial dentro do limite estabelecido no subitem anterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados das assinaturas da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.3. As limitações impostas no subitem “4.1.1.2.” se justificam, visto que, a proximidade da sede da Detentora da Ata de Registro de Preços com a sede da Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços favorece vários aspectos como a celeridade nas manutenções (compreendidas todas as etapas dos serviços, desde a pré-análise, orçamento, aprovação, traslado(quando aplicável), execução e devolução dos veículos), a vantajosidade econômica e, conseqüentemente, escolha da melhor proposta financeira, bem como a manutenção do princípio da competitividade e da ampla disputa considerando que dentro do limite estabelecido no subitem “4.1.1.2.”, há um número considerável de municípios como Icém/SP (≈ 8,7 km), Orindiúva/SP (≈ 32,1 km), Nova Granada/SP (≈ 32,7 km), Altair/SP (≈ 36,5 km), Onda Verde/SP (≈ 43,4 km), Guaraci/SP (≈ 44,2 km), Paulo de Faria/SP (≈ 45,4 km), Frutal/MG (≈ 46,6 km), Palestina/SP (≈ 47,6 km), Ipiguá/SP (≈ 50,7 km), Mirassolândia/SP (≈ 62,1 km), São José do Rio Preto/SP (≈ 67,1 km), Olímpia/SP (≈ 68,9 km) entre outros que sediam muitas empresas aptas a prestarem os serviços pretendidos.

4.1.1.4. As limitações impostas no subitem “4.1.1.2.” e seguintes, fundamentam-se no **§2º do art. 47 da Lei nº 14.133/2021 que prevê a exigência de que a Detentora da Ata de Registro de Preços tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.**

4.1.2. As propostas deverão ser cadastradas na plataforma LICITANET® e conter obrigatoriamente a descrição detalhada dos serviços, valor unitário e valor total por item constante no presente estudo técnico preliminar, incluindo todos os tributos diretos e indiretos, mão-de-obra e despesas com a execução;

4.1.3. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá dispor de estrutura física e equipamentos compatíveis com os serviços contratados, tais como elevadores ou macacos hidráulicos de alta capacidade, ferramentas pneumáticas e elétricas, prensas, extratores, taquímetros, sistemas de alinhamento e balanceamento, bancadas específicas e dispositivos para ensaio e teste de componentes, garantindo segurança e precisão nos reparos;

4.1.3. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá prover infraestrutura física e técnica minimamente capaz de suportar o atendimento simultâneo de até 03 (três) veículos pesados, garantindo a disponibilidade integral dos equipamentos e ferramentas necessários e equipe de profissionais aptos à execução dos serviços de manutenção do sistema de suspensão, incluso mão-de-obra e fornecimento de peças, dos veículos pesados pertencentes à frota municipal.

4.1.4. A Detentora da Ata de Registro de Preços será responsável pela custódia e integridade dos veículos desde o traslado até a entrega, inclusive durante o período de execução dos serviços;

4.1.5. Em caso de dano, extravio ou sinistro durante a custódia, a Detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a arcar com o ressarcimento em pecúnia equivalente ao valor de mercado apurado em razão do prejuízo;

4.1.6. A Detentora da Ata de Registro de Preços manterá à disposição o registro detalhado na forma de “prontuário”, por veículo, de todos os serviços realizados e das peças aplicadas, a data do atendimento, os componentes substituídos e os procedimentos executados, para fins de controle, rastreabilidade e auditoria pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços durante toda a vigência do contrato.





4.1.7. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá oferecer garantia mínima dos serviços e peças aplicadas, pelo prazo especificado no Termo de Referência (TR) de acordo com a legislação vigente, assumindo a responsabilidade por reparos e substituições decorrentes de falhas identificadas no período de garantia;

4.1.8. É vedada a transferência de obrigações a terceiros ou a subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto do contrato, salvo quando expressamente autorizada no Termo de Referência.

#### **4.2. SUBCONTRATAÇÃO:**

4.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preços.

#### **4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

4.2.3. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços e bens de forma independente.

### **5. DA EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

#### **5.1. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:**

5.1.1. Trata-se de contratação de empresas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de suspensão dos veículos pesados da frota municipal, incluídos a mão-de-obra mecânica e com o fornecimento e aplicação de peças originais do fabricante para cada marca e modelo de veículo, necessárias aos reparos, obedecendo às recomendações da montadora.

5.1.1.1. Entende-se por manutenção preventiva as revisões e serviços de caráter preventivo com a finalidade de avaliar as condições para o perfeito funcionamento dos veículos, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos, objetivando manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento.

5.1.1.2. Entende-se por manutenção corretiva as revisões e serviços de caráter corretivo, para possibilitar a reparação de defeitos e falhas no sistema de suspensão dos veículos, com substituição de peças e acessórios, desde que autorizado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, bem como serviços de mão de obra, que se façam necessários para tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como para reparar avarias.

#### **5.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

5.2.1. Os serviços serão executados de acordo com a demanda exclusiva do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, através do envio de Ordem de Serviços, por veículo, estando a Detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a cumprir rigorosamente os prazos, locais e demais especificações definidas neste Termo de Referência (TR) e Edital;

5.2.1.2. A previsão contida no subitem anterior estará condicionada à apreciação e parecer de profissional designado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, após análise das condições do veículo e emissão de parecer final, prevalecendo sua decisão inclusive sobre os casos onde haja controvérsia no entendimento;

5.2.2. Os serviços serão executados na sede da Detentora da Ata de Registro de Preços que se responsabilizará, às suas expensas, pelo traslado dos veículos da sede do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, ou local por ele informado até a sede da empresa, observando-se os prazos e demais especificações estabelecidas neste Termo de Referência (TR) e Edital;

5.2.2.1. O traslado será exigido, em estrita observância da legislação vigente, sempre que o veículo não apresentar condições de rodagem ou deslocamento;

5.2.3. As Ordens de Serviços serão atendidas em até 07 (sete) dias após o recebimento, compreendidas todas as etapas dos serviços, desde a pré-análise, orçamento, aprovação, traslado(quando aplicável), execução e devolução dos veículos;

5.2.4. Os serviços atenderão as características técnicas e padrões de qualidade estabelecidos, observadas as boas práticas do setor, sobretudo quanto à eficiência e segurança operacional,





sustentabilidade ambiental, à integridade dos materiais e a correta execução dos serviços e insumos utilizados no processo;

5.2.4.1. Excepcionalmente, os serviços poderão ser executados na sede do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços ou em local por definido, mediante autorização expressa condicionada a natureza dos serviços e a baixa complexidade técnica exigida;

5.2.5. A Detentora da Ata de Registro de Preços se disporá a realizar atendimentos emergenciais e de “socorro-auto”, sempre que demandado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, de forma a garantir total assistência visando a continuidade dos serviços públicos dependentes da frota municipal;

5.2.5.1. Não se aplica ao subitem anterior os prazos estipulados no subitem “5.2.3.”, estando a Detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a responder ao chamado para atendimentos emergenciais e de “auto-socorro” em no máximo 02 (duas) horas;

5.2.6. A Detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados, abrangendo todas as etapas de execução. Constatada falha, vício, inadequação ou execução em desacordo com as exigências contratuais, a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá, às suas expensas no prazo estabelecido no item “5.2.3.” contados da notificação formal pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, providenciar a correção, complementação ou repetição dos serviços, sem prejuízo das sanções cabíveis;

### **5.3. DO FORNECIMENTO DAS PEÇAS:**

5.3.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer, exclusivamente, peças originais contendo o selo do Inmetro e número de série do fabricante para cada marca e modelo de veículo, necessárias aos reparos, obedecendo às recomendações da montadora;

5.3.2. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá encaminhar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, a nota fiscal das peças utilizadas durante a manutenção dos veículos, para comprovação dos valores conforme a tabela da montadora, ou na impossibilidade desta, optar por algumas das opções previstas no item “PAGAMENTO”, juntamente com a Ordem de Serviços autorizada, demonstrando, assim, a aplicação do percentual de desconto ofertado ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços;

• **5.3.3. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a seu critério, exigir a disponibilização das peças que forem substituídas a Detentora da Ata de Registro de Preços, sempre que julgara necessário;**

### **5.4. DAS GARANTIAS:**

5.4.1. Será exigida, no mínimo, a garantia oferecida pelo fabricante das peças e acessórios, contada a partir da data de sua instalação, no que diz respeito a quaisquer vícios que venham a surgir quando do uso adequado do produto;

5.4.2. Os serviços realizados deverão ser garantidos contra defeito de execução, instalação e montagem pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua realização;

5.4.3. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo em caso de término ou cancelamento da Ata de Registro de Preços.

### **5.5. DAS OBRIGAÇÕES:**

#### **5.5.1. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

5.5.1.1. Fornecer todos os esclarecimentos necessários à execução completa dos serviços contratados;

5.5.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, assegurando o cumprimento fiel de todas as condições e disposições estabelecidas constantes neste Termo de Referência (TR) e Edital;

5.5.1.2. Garantir o controle de execução da Ata de Registro de Preços, em especial quanto às emissões das Ordens de Serviços (OS), à pré-análise das demandas, à indicação das quantidades e valores a serem praticados, aprovação/rejeição parcial/total dos quantitativos de hora-técnica para mão-de-obra mecânica e fornecimento de peças e qualidade dos serviços prestados;

5.5.1.2. Receber e avaliar os orçamentos emitidos pela Detentora da Ata de Registro de Preços, em especial quanto aos serviços e peças discriminados, confrontando-os com as respectivas Ordens de Serviços (OS), apuração dos valores expressos conforme a tabela da montadora, ou na impossibilidade desta, conforme opção escolhida entre as previstas no item “PAGAMENTO”,



afim de apurar a aplicação do índice de desconto registrado, aprovação/rejeição parcial/total dos orçamentos;

5.5.1.3. Manter registro próprio das Ordens de Serviços emitidas, dos serviços realizados, de eventuais falhas detectadas, comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Detentora da Ata de Registro de Preços;

5.5.1.4. Notificar o representante da Detentora da Ata de Registro de Preços sobre a ocorrência de eventuais inconsistências relacionadas ao orçamento apresentado e/ou à execução dos serviços prestados, estipulando prazo para sua correção;

5.5.1.5. Informar ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte da Detentora da Ata de Registro de Preços;

5.5.1.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao descumprimento das obrigações e aplicação das sanções previstas em Edital;

5.5.1.7. Realizar a cobrança junto à Detentora da Ata de Registro de Preços pelo cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contidas neste Termo de Referência (TR) e Edital, em relação às consequências da prestação dos serviços, bem como de comportamentos que comprometam a Ata de Registro de Preços;

5.5.1.8. Designar, formalmente, Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços, vedada a acumulação de funções, com as respectivas atribuições definidas, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

5.5.1.9. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações da Detentora da Ata de Registro de Preços, exigidas em Edital, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021;

5.5.1.10. Pagar os valores devidos pelos serviços efetivamente prestados, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência (TR) e Edital.

#### **5.5.2. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

5.5.1. Assegurar pelo cumprimento de todas as obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes;

5.5.2. Dar ciência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro), do recebimento das Ordens de Serviços ou outros instrumentos hábeis enviados pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.5.3. Atender a todas as Ordens de Serviços da presente contratação, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou qualquer outro motivo.

5.5.4. Executar os serviços contratados dentro dos prazos legais e condições estabelecidas, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e neste Termo de Referência (TR).

5.5.5. Praticar, sempre, os preços e serviços homologados pelo processo de contratação.

5.5.6. Garantir a melhor técnica nos serviços executados, respondendo por qualquer inconformidade ou eventuais prejuízos sempre que for o caso.

5.5.7. Arcar com todas as despesas pertinentes à execução dos serviços, tais como deslocamentos, hospedagem, alimentação, tributos e demais encargos.

5.5.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução dos serviços, nos termos do edital e da legislação aplicável.

5.5.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

5.5.10. Comunicar ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

5.5.11. Manter, durante toda a vigência desta contratação, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão, quando solicitadas.



5.5.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

5.5.13. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

5.5.14. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços competente.

5.5.15. Adotar as melhores práticas de gestão ambiental, com especial atenção ao descarte correto e licenciado de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

## **6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

6.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº. 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº. 6.956 de 10 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. As comunicações entre o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços e a Detentora da Ata de Registro de Preços deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.2.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá informar um endereço de correio eletrônico (e-mail) juntamente com o nome do responsável pelas comunicações entre as partes;

6.2.2. Será admitido o uso de contato telefônico e mensagens via WhatsApp®, sendo obrigatório à Detentora da Ata de Registro de Preços informar os números e responsáveis por cada canal de comunicação auxiliares;

6.3. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços encaminhará a Ordem de Serviços via correio eletrônico (e-mail) ou outro meio eficaz, estando a Detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a confirmar o recebimento no prazo máximo de 01 (um) dia útil;

6.3.1. A recusa em confirmar o recebimento da Ordem de Serviços ou outro instrumento hábil, no prazo estabelecido no subitem anterior sem justificativa por escrito e aceita pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a Detentora da Ata de Registro de Preços às penalidades cabíveis, sendo facultado à ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da legislação aplicável;

6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.5. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.6. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, ou pelos respectivos substitutos, na forma da Lei Federal nº. 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº. 6.957 de 10 de maio de 2023.

## **7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

### **7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente de forma sumária, juntamente com a Nota Fiscal, a Ordem de Serviços e o Orçamento, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (TR) e no Edital;

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência (TR) e no Edital, devendo ser refeitos no



prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da Detentora da Ata de Registro de Preços, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal, pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços após a verificação da qualidade dos serviços e consequente aceitação mediante recibo aposto no documento fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências da contratação prevista neste Termo de Referência;

7.1.3.2. No caso de controvérsia sobre a execução dos serviços, quanto à, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei Federal nº14.133/2021, comunicando-se à Detentora da Ata de Registro de Preços para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução dos serviços, para efeito de liquidação e pagamento;

7.1.3.3. O prazo para a solução, pela Detentora da Ata de Registro de Preços, de inconsistências na execução do objeto em tela ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.1.3.4. Na hipótese de existência de erros na Nota Fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a Detentora da Ata de Registro de Preços adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

## 7.2. PRAZO DE PAGAMENTO:

7.2.1. O pagamento será efetuado mediante execução dos serviços, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após o ateste realizado pelo fiscal para a Ata de Registro de Preços, responsável pelo acompanhamento e execução do respectivo objeto. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo;

7.2.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar as especificações de cada serviço executado conforme apresentadas neste Termo de Referência (TR) e o quantitativo efetivamente entregue;

7.2.3. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente;

7.2.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada;

7.2.5. O pagamento estará condicionado à **comprovação da aplicação do desconto ofertado na proposta homologada** na Ata de Registro de Preços, anexa à Nota Fiscal, sobre um dos índices a seguir:

7.2.5.1. Tabela de preços das montadoras: responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços;

7.2.5.2. Sistemas eletrônicos como AUDATEX, CILIA TECNOLOGIA, ORION SESVI BRASIL, SOMA ORÇAMENTOS ou outro similar, desde que haja absoluta segurança de sua confiabilidade: responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços;

7.2.5.3. Cotação de mercado com no mínimo 03 (três) empresas do ramo: responsabilidade do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços; e

7.2.5.4. Concessionárias: responsabilidade do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

## 7.3. FORMA DE PAGAMENTO:

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de Internet Banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

### 8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

8.1.1. A modalidade adotada será o PREGÃO na forma ELETRÔNICA pelo critério de seleção do MAIOR DESCONTO POR LOTE nos termos da Lei nº. 14.133/2021 adotado o instrumento auxiliar





de Sistema de Registro de Preços.

8.1.2. O desconto inicial para cada lote, incluindo mão-de-obra e peças originais, não poderá ser inferior à 10,00% (dez por cento), conforme pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras desta Prefeitura.

8.1.3. O desconto total ofertado para cada lote, deverá ser dividido linearmente entre a mão-de-obra e o fornecimento de peças originais, considerando como parâmetro a proposta inicial apresentada, sob pena de desclassificação da proposta ou do lote em análise.

8.1.4. A aplicação do desconto total ofertado na proposta final, incidirá sobre de um dos índices de referência a seguir:

8.1.4.1. Tabela de preços das montadoras: responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços;

8.1.4.2. Sistemas eletrônicos como AUDATEX, CILIA TECNOLOGIA, ORION SESVI BRASIL, SOMA ORÇAMENTOS ou outro similar, desde que haja absoluta segurança de sua confiabilidade: responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços;

8.1.4.3. Cotação de mercado com no mínimo 03 (três) empresas do ramo: responsabilidade do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços; e

8.1.4.4. Concessionárias: responsabilidade do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. Diante das pesquisas realizadas, o valor total global estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço do objeto, está estimado em **R\$ 598.000,00** (quinhentos e noventa e oito mil reais).

## 10. ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES:

### 10.1. DETALHAMENTO DOS LOTES:

#### LOTE I – FORD: DESCONTO MÍNIMO PARA O LOTE: 3,00% (TRÊS POR CENTO).

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.	VLR. UNT.	VLR. TTL.
1	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA FORD	HR	150,0	R\$ 240,00	R\$ 36.000,00
	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA FORD	UN	1	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00

**R\$ 61.000,00**

#### LOTE II – VOLARE: DESCONTO MÍNIMO PARA O LOTE: 3,00% (TRÊS POR CENTO).

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.	VLR. UNT.	VLR. TTL.
2	MÃO -DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	HR	100,0	R\$ 240,00	R\$ 24.000,00
	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MARCOPOLO VOLARE	UN	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00

**R\$ 54.000,00**

#### LOTE III – MERCEDES BENZ: DESCONTO MÍNIMO PARA O LOTE: 3,00% (TRÊS POR CENTO).

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.	VLR. UNT.	VLR. TTL.
3	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARAR VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MERCEDES BENZ	HR	200,0	R\$ 240,00	R\$ 48.000,00
	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA MERCEDES BENZ	UN	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00

**R\$108.000,00**





**LOTE IV – SCANIA: DESCONTO MÍNIMO PARA O LOTE: 3,00% (TRÊS POR CENTO).**

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.	VLR. UNT.	VLR. TTL.
4	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA SCANIA	HR	150,0	R\$ 240,00	R\$ 36.000,00
	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA SCANIA	UN	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

**R\$ 51.000,00**

**LOTE V – IVECO: DESCONTO MÍNIMO PARA O LOTE: 3,00% (TRÊS POR CENTO).**

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.	VLR. UNT.	VLR. TTL.
5	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA IVECO	HR	250,0	R\$ 240,00	R\$ 60.000,00
	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA IVECO	UN	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00

**R\$120.000,00**

**LOTE VI – VOLKSWAGEM: DESCONTO MÍNIMO PARA O LOTE: 3,00% (TRÊS POR CENTO).**

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.	VLR. UNT.	VLR. TTL.
6	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLKSWAGEM	HR	150,0	R\$ 240,00	R\$ 36.000,00
	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLKSWAGEM	UN	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00

**R\$ 96.000,00**

**LOTE VII – VOLVO: DESCONTO MÍNIMO PARA O LOTE: 3,00% (TRÊS POR CENTO).**

LOTE	DESCRIÇÃO/UNIDADE/SUBUNIDADE	UND.	QTD.	VLR. UNT.	VLR. TTL.
7	MÃO-DE-OBRA EM SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLVO	HR	200,0	R\$ 240,00	R\$ 48.000,00
	PEÇAS ORIGINAIS DA SUSPENSÃO PARA VEÍCULOS PESADOS DA MARCA VOLVO	UN	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00

**R\$108.000,00**

**10.2. RESUMO DOS LOTES:**

LOTE	MARCA	QTD.	VLR. MÃO-DE-OBRA		PEÇAS ORIGINAIS	VLR. TTL. LOTE
			VLR. UNT.	VLR. TTL.		
1	FORD	150	R\$ 240,00	R\$ 36.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 61.000,00
2	VOLARE	100	R\$ 240,00	R\$ 24.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 54.000,00
3	MERCEDES BENZ	200	R\$ 240,00	R\$ 48.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 108.000,00
4	SCANIA	150	R\$ 240,00	R\$ 36.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 51.000,00
5	IVECO	250	R\$ 240,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 120.000,00
6	VOLKSWAGEM	150	R\$ 240,00	R\$ 36.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 96.000,00
7	VOLVO	200	R\$ 240,00	R\$ 48.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 108.000,00
			R\$288.000,00		R\$310.000,00	<b>R\$ 598.000,00</b>

10.3. O desconto inicial para cada lote, incluindo mão-de-obra e peças originais, não poderá ser inferior à 10,00% (dez por cento), conforme pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras desta Prefeitura.

10.4. O desconto total ofertado para cada lote, deverá ser dividido linearmente entre a mão-de-obra e o fornecimento de peças originais, considerando como parâmetro a proposta inicial apresentada, sob pena de desclassificação da proposta ou do lote em análise.



**11. DA GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

11.1. Ficará à cargo do senhor **SUEDERLI ASSIS DE MENEZES** - Oficial Administrativo I, a Gestão da Ata de Registro de Preços.

11.2. Ficará a cargo do senhor **PEDRO MARTINS DE SANTANA** - Supervisor do Setor de Controle de Frota, a fiscalização da Ata de Registro de Preços.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Cabe à Autoridade competente promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. A fase preparatória das contratações está ancorada na existência de recursos orçamentários nas leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na aquisição, compreendidos.

A Lei Municipal nº 2.127, de 16 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2025, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a aquisição demandada, como segue:

Órgão: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.**

Unidade Orçamentária: **SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**

Função: **ADMINISTRAÇÃO.**

Subfunção: **ADMINISTRAÇÃO GERAL.**

Programa: **PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.**

Projeto/Atividade: **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.**

Elemento de Despesa: **MATERIAL DE CONSUMO.**

Elemento de Despesa: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.**

Subelemento da Despesa: **MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS**

Subelemento da Despesa: **MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS**

Valor Orçado Disponível: **R\$ 598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil reais).**

Recurso: **1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS E IMPOSTOS** (Portaria STN nº 710/2021 atualizada).

Fronteira MG, 09 de janeiro de 2026.

**PATRÍCIA DA SILVEIRA ROCHA MENEZES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**



ANEXO II  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º \_\_\_\_/2025.

PROCESSO n.º 0033291

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026

VALIDADE: - 12 (doze) meses

**PREÂMBULO**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, na sede da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; foi celebrada e assinada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº: 002/2026 - RP 002/2026 do respectivo resultado homologado, que vai assinada pelo Prefeito Municipal e pelo representante legal do licitante classificado para registro de preços, devidamente qualificado abaixo, a qual será regida pelas regras e condições constantes do Processo Licitatório em epigrafe e nesta Ata de Registro de Preços.

**O MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG;** com sede administrativa na Av. Minas Gerais nº 110, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SÉRGIO PAULO CAMPOS**, brasileiro, engenheiro civil, residente e domiciliado à, adiante denominado simplesmente **PREFEITURA e ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado, a empresa adjudicatária nos itens abaixo doravante denominada simplesmente **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com base no Processo de Licitação Nº: \_\_\_\_/\_\_\_\_, Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº: \_\_\_\_/\_\_\_\_, e de conformidade com Lei Federal nº. 14.133/2021, Decreto Nº: 6.956/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços e Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, em conformidade com as cláusulas que seguem:

A partir desta data, fica registrado nesta Prefeitura, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso do fornecimento do objeto descrito neste ato e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

**Fornecedor**

**Empresa** \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, com sede à Rua \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, representada por Sr(a). \_\_\_\_\_ (nacionalidade, profissão e estado civil), residente e domiciliado(a) em \_\_\_\_\_, RG n. \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_, CPF n. \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOCUMENTAÇÃO** - Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, seus anexos, a proposta da **FORNECEDORA** e todos os demais documentos referentes ao objeto contratual, que não contrariem o disposto neste instrumento.



**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO** - Constitui o objeto do presente instrumento o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL**, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e nos autos do Pregão Eletrônico nº. 002/2026 - RP 002/2026.

2.1. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o descrito no Termo de referência e no edital e demais anexos, que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.2. Toda e qualquer alteração referente a execução somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Órgão Gerenciador.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO REGISTRADO** - Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços ocorrerá conforme relação anexa.

LOTE	PEÇAS ORIGINAIS	MÃO DE OBRA	DESCONTO
I - RANDON	R\$ 35.000,00	R\$ 57.499,95	
II - MASSEY FERGUSON	R\$ 60.000,00	R\$ 76.666,60	
III - CATERPILLAR	R\$ 220.000,00	R\$ 162.666,80	
IV - NEW HOLLAND	R\$ 70.000,00	R\$ 81.333,40	
V - LS PLUS	R\$ 30.000,00	R\$ 138.333,30	
VI - LOVOL	R\$ 35.000,00	R\$ 57.499,95	

3.1. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários.

3.2. O valor global desta Ata de Registro de Preços é de R\$ \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - Os recursos necessários ao cumprimento do presente instrumento correrão por conta do recurso indicado na ordem de compra.

**CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

5.1. O pedido de prorrogação de prazo para o cumprimento das obrigações assumidas somente será conhecido pelo Órgão Gerenciador caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Departamento de Compras, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.

5.2. Se a DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deixar de cumprir com as obrigações dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou regularização do objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DO OBJETO:**

6.1. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:



6.1.1. Trata-se de contratação de empresas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de suspensão dos veículos pesados da frota municipal, incluídos a mão-de-obra mecânica e com o fornecimento e aplicação de peças originais do fabricante para cada marca e modelo de veículo, necessárias aos reparos, obedecendo às recomendações da montadora;

6.1.1.1. Entende-se por manutenção preventiva as revisões e serviços de caráter preventivo com a finalidade de avaliar as condições para o perfeito funcionamento dos veículos, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos, objetivando manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento;

6.1.1.2. Entende-se por manutenção corretiva as revisões e serviços de caráter corretivo, para possibilitar a reparação de defeitos e falhas no sistema de suspensão dos veículos, com substituição de peças e acessórios, desde que autorizado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, bem como serviços de mão de obra, que se façam necessários para tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado em decorrência de defeitos, bem como para reparar avarias.

## **6.2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.2.1. Os serviços serão executados de acordo com a demanda exclusiva do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, através do envio de Ordem de Serviços, por veículo, estando a Detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a cumprir rigorosamente os prazos, locais e demais especificações definidas no Termo de Referência (TR) e Edital;

6.2.1.1. A previsão contida no subitem anterior estará condicionada à apreciação e parecer de profissional designado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, após análise das condições do veículo e emissão de parecer final, prevalecendo sua decisão inclusive sobre os casos onde haja controvérsia no entendimento;

6.2.2. Os serviços serão executados na sede da Detentora da Ata de Registro de Preços que se responsabilizará, às suas expensas, pelo traslado dos veículos da sede do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, ou local por ele informado até a sede da empresa, observando-se os prazos e demais especificações estabelecidas no Termo de Referência (TR) e Edital;

6.2.2.1. O traslado será exigido, em estrita observância da legislação vigente, sempre que o veículo não apresentar condições de rodagem ou deslocamento;

6.2.3. As Ordens de Serviços serão atendidas em até 07 (sete) dias após o recebimento, compreendidas todas as etapas dos serviços, desde a pré-análise, orçamento, aprovação, traslado(quando aplicável), execução e devolução dos veículos;

6.2.4. Os serviços atenderão as características técnicas e padrões de qualidade estabelecidos, observadas as boas práticas do setor, sobretudo quanto à eficiência e segurança operacional, sustentabilidade ambiental, à integridade dos materiais e a correta execução dos serviços e insumos utilizados no processo;

6.2.4.1. Excepcionalmente, os serviços poderão ser executados na sede do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços ou em local por definido, mediante autorização expressa condicionada a natureza dos serviços e a baixa complexidade técnica exigida;

6.2.5. A Detentora da Ata de Registro de Preços se disporá a realizar atendimentos emergenciais e de “socorro-auto”, sempre que demandado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, de forma a garantir total assistência visando a continuidade dos serviços públicos dependentes da frota municipal;





6.2.5.1. Não se aplica ao subitem anterior os prazos estipulados no subitem “6.2.3.”, estando a Detentora da Ata de Registro de Preços obrigada a responder ao chamado para atendimentos emergenciais e de “auto-socorro” em no máximo 02 (duas) horas;

6.2.6. A Detentora da Ata de Registro de Preços assumirá total responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados, abrangendo todas as etapas de execução. Constatada falha, vício, inadequação ou execução em desacordo com as exigências contratuais, a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá, às suas expensas no prazo estabelecido no item “6.2.3.” contados da notificação formal pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, providenciar a correção, complementação ou repetição dos serviços, sem prejuízo das sanções cabíveis.

### **6.3. DO FORNECIMENTO DAS PEÇAS:**

6.3.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá fornecer, exclusivamente, peças originais contendo o selo do Inmetro e número de série do fabricante para cada marca e modelo de veículo, necessárias aos reparos, obedecendo às recomendações da montadora;

6.3.2. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá encaminhar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, a nota fiscal das peças utilizadas durante a manutenção dos veículos, para comprovação dos valores conforme a tabela da montadora, ou na impossibilidade desta, optar por algumas das opções previstas no item “PAGAMENTO”, juntamente com a Ordem de Serviços autorizada, demonstrando, assim, a aplicação do percentual de desconto ofertado ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços;

6.3.3. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços poderá, a seu critério, exigir a disponibilização das peças que forem substituídas a Detentora da Ata de Registro de Preços, sempre que julgara necessário;

### **6.4. DAS GARANTIAS:**

6.4.1. Será exigida, no mínimo, a garantia oferecida pelo fabricante das peças e acessórios, contada a partir da data de sua instalação, no que diz respeito a quaisquer vícios que venham a surgir quando do uso adequado do produto;

6.4.2. Os serviços realizados deverão ser garantidos contra defeito de execução, instalação e montagem pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua realização;

6.4.3. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo em caso de término ou cancelamento da Ata de Registro de Preços.

### **6.5. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

6.5.1. Fornecer todos os esclarecimentos necessários à execução completa dos serviços contratados;

6.5.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, assegurando o cumprimento fiel de todas as condições e disposições estabelecidas constantes no Termo de Referência (TR) e Edital;

6.5.3. Garantir o controle de execução da Ata de Registro de Preços, em especial quanto às emissões das Ordens de Serviços (OS), à pré-análise das demandas, à indicação das quantidades e valores a serem praticados, aprovação/rejeição parcial/total dos quantitativos de hora-técnica para mão-de-obra mecânica e fornecimento de peças e qualidade dos serviços prestados;

6.5.4. Receber e avaliar os orçamentos emitidos pela Detentora da Ata de Registro de Preços, em especial quanto aos serviços e peças discriminados, confrontando-os com as respectivas Ordens de Serviços (OS), apuração dos valores expressos conforme a tabela da montadora, ou na impossibilidade desta, conforme opção escolhida entre as previstas no item “PAGAMENTO”, afim de apurar a aplicação do índice de desconto registrado, aprovação/rejeição parcial/total dos orçamentos;



6.5.5. Manter registro próprio das Ordens de Serviços emitidas, dos serviços realizados, de eventuais falhas detectadas, comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Detentora da Ata de Registro de Preços;

6.5.6. Notificar o representante da Detentora da Ata de Registro de Preços sobre a ocorrência de eventuais inconsistências relacionadas ao orçamento apresentado e/ou à execução dos serviços prestados, estipulando prazo para sua correção;

6.5.7. Informar ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte da Detentora da Ata de Registro de Preços;

6.5.8. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da Ata de Registro de Preços, em especial, quanto ao descumprimento das obrigações e aplicação das sanções previstas em Edital;

6.5.9. Realizar a cobrança junto à Detentora da Ata de Registro de Preços pelo cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contidas no Termo de Referência (TR) e Edital, em relação às consequências da prestação dos serviços, bem como de comportamentos que comprometam a Ata de Registro de Preços;

6.5.10. Designar, formalmente, Gestor e Fiscal da Ata de Registro de Preços, vedada a acumulação de funções, com as respectivas atribuições definidas, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021;

6.5.10. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações da Detentora da Ata de Registro de Preços, exigidas em Edital, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021;

6.5.11. Pagar os valores devidos pelos serviços efetivamente prestados, nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR) e Edital;

#### **6.6. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

6.6.1. Assegurar pelo cumprimento de todas as obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes;

6.6.2. Dar ciência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro), do recebimento das Ordens de Serviços ou outros instrumentos hábeis enviados pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

6.6.3. Atender a todas as Ordens de Serviços da presente contratação, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou qualquer outro motivo.

6.6.4. Executar os serviços contratados dentro dos prazos legais e condições estabelecidas, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e no Termo de Referência (TR).

6.6.5. Praticar, sempre, os preços e serviços homologados pelo processo de contratação.

6.6.6. Garantir a melhor técnica nos serviços executados, respondendo por qualquer inconformidade ou eventuais prejuízos sempre que for o caso.

6.6.7. Arcar com todas as despesas pertinentes à execução dos serviços, tais como deslocamentos, hospedagem, alimentação, tributos e demais encargos.



6.6.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução dos serviços, nos termos do edital e da legislação aplicável.

6.6.9. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

6.6.10. Comunicar ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

6.6.11. Manter, durante toda a vigência desta contratação, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão, quando solicitadas.

6.6.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

6.6.13. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

6.6.14. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços competente.

6.6.15. Adotar as melhores práticas de gestão ambiental, com especial atenção ao descarte correto e licenciado de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

6.6.16. Prover infraestrutura física e técnica minimamente capaz de suportar o atendimento simultâneo de até 03 (três) veículos pesados, garantindo a disponibilidade integral dos equipamentos e ferramentas necessários e equipe de profissionais aptos à execução dos serviços de manutenção do sistema de suspensão, incluso mão-de-obra e fornecimento de peças, dos veículos pesados pertencentes à frota municipal;

6.6.17. Ser responsável pela custódia e integridade dos veículos desde o traslado até a entrega, inclusive durante o período de execução dos serviços;

6.6.17.1. Em caso de dano, extravio ou sinistro durante a custódia, a Detentora da Ata de Registro de Preços será obrigada a arcar com o ressarcimento em pecúnia equivalente ao valor de mercado apurado em razão do prejuízo

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O pagamento será efetuado mediante execução dos serviços, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, em até 30 (trinta) dias consecutivos, após o ateste realizado pelo fiscal para a Ata de Registro de Preços, responsável pelo acompanhamento e execução do respectivo objeto. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.1. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar as especificações de cada serviço executado conforme apresentadas no Termo de Referência (TR) e o quantitativo efetivamente entregue.



7.2. A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

7.2.1. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

7.3. O pagamento estará condicionado à **comprovação da aplicação do desconto ofertado na proposta homologada** e na Ata de Registro de Preços, anexa à Nota Fiscal, sobre um dos dispositivos a seguir:

7.3.1. Tabela de preços das montadoras: responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços;

7.3.2. Sistemas eletrônicos como AUDATEX, CILIA TECNOLOGIA, ORION SESVI BRASIL, SOMA ORÇAMENTOS ou outro similar, desde que haja absoluta segurança de sua confiabilidade: responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços;

7.3.3. Cotação de mercado com no mínimo 03 (três) empresas do ramo: responsabilidade do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços; e

7.3.4. Concessionárias: responsabilidade do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

7.4. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de Internet Banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias..

**CLÁUSULA OITAVA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

Ficará à cargo do Senhor ROBSON ALVES BENTO – Oficial Administrativo II, a gestão da ata de registro de preços.

8.1. Ficará à cargo do Senhor PEDRO MARTINS DE SANTANA – Oficial Administrativo, a fiscalização da ata de registro de preços.

8.2. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

8.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal da Ata De Registro De Preços ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

8.3.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

8.3.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

**CLÁUSULA NONA - REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da detentora da Ata de Registro de Preços, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Gerenciador da Ata de Registro de Preços, do índice IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



9.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Órgão Gestor pagará à Detentora da Ata de Registro de Preços a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços, a requerente deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, por meio de apresentação de notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá ser comprovado cabalmente que o fornecimento tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

9.4. Caso a detentora da Ata de Registro de Preços seja fabricantes do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.

9.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a empresa Detentora da Ata não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

9.6. A empresa Detentora da Ata, quando autorizada a revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA - AMPLIAÇÃO E REDUÇÃO** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

11.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

11.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

11.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

11.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.





- 11.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 11.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 11.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.1. Advertência.

12.2. Multa.

12.3. Impedimento de licitar e contratar e;

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 12% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

12.6.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1 à 11.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

12.6.2. Para as infrações previstas nos itens 11.7 a 11.11 deste Edital, a multa será de 15% à 12% do valor do contrato licitado.

12.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

12.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1 à 11.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



12.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 11.7 à 11.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1 à 11.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

12.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

12.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CANCELAMENTO DO REGISTRO** - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

13.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

13.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

13.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

13.4. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

13.5. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS** O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21, Decreto nº 6.956/2023 que regulamentou a Lei 14.133/21 no Município de Fronteira, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

14.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS** Integram esta ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026 - RP 002/2026, as propostas com preços, especificação, por item na ordem classificatória das empresas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



15.1. Fica eleito o foro da cidade de Frutal/MG; para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que após lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente Ata, pelas Partes, na presença das testemunhas abaixo.

SÉRGIO PAULO CAMPOS  
Prefeito Municipal

---

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços

ROBSON ALVES BENTO  
Gestor da Ata de Registro de Preços

PEDRO MARTINS DE SANTANA  
Fiscal da Ata de Registro de Preços

TESTEMUNHAS:

NOME:

NOME



ANEXO III  
MINUTA DA PROPOSTA ATUALIZADA

PROCESSO Nº 0033291

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026

TIPO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.

Número do edital:				
Órgão comprador:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA / MODELO	Desconto %
01				
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):				
<p>DECLARAMOS QUE: DECLARAMOS QUE:</p> <p>(     ) Estamos ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;</p> <p>(     ) A proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;</p> <p>(     ) Não incorremos nas condições impeditivas do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>(     ) Estamos enquadrados como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos conhecemos na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.</p>				
Data:				



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PROCESSO Nº 0033291

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026

TIPO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20XX.

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante e o Carimbo do CNPJ da Licitante





ANEXO V

MINUTA DA DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD

PROCESSO Nº 0033291

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026

TIPO: MAIOR DESCONTO

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.**

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa



ANEXO VI

MINUTA DA DECLARAÇÃO PROPOSTA ECONÔMICA INTEGRA CUSTOS PARA  
ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS.

PROCESSO Nº 0033291

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026

TIPO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**AVISO DE EDITAL  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº 0033291**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 - RP 002/2026**

**TIPO: MAIOR DESCONTO**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.**

A Prefeitura Municipal de Fronteira torna público que às 08h30min do dia 03 DE FEVEREIRO DE 2026, fará realizar através da **LICITANET** através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), Pregão Eletrônico objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA MECÂNICA, A SEREM UTILIZADAS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULOS PESADOS, PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL.**

O Edital encontra-se disponível no site oficial do Município [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas junto à Pregoeira, no endereço acima referido. Telefone 34-3199 - 9990 - Ramal - 1413.

FRONTEIRA, 13 de janeiro de 2026.

MÁRCIO ANTONIO FERREIRA  
Agente de Contratação